

Política e Mercados

Dionísio Dias Carneiro

Economista, diretor da Galanto Consultoria e do IEPE/CdG

25 de setembro de 2008

Será o sistema político americano capaz de produzir uma solução que impeça o pior cenário de que a atual crise financeira se converta em pânico financeiro e uma versão moderna da Grande Depressão? A solução autoritária proposta no Plano Paulson II (o primeiro foi apresentado há cinco meses, e dele tratamos em 11 de abril), dá poderes discricionários, isentos de supervisão e imunes ao questionamento judicial ao Secretário do Tesouro para que este decida o que comprar, de quem comprar e a que preço, dos ativos que se converteram em “lixo tóxico”. Terá fôlego político? Estas questões são importantes demais para serem tratadas simplesmente pelo ceticismo dos socialistas, que encontram nessas horas a “prova” de que o capitalismo não funciona, pelo fundamentalismo liberal, que prefere jogar no colo dos burocratas a culpa pelas falhas de mercado, ou ainda pelas re-edições do que Edmar Bacha denominou, em recente entrevista ao Estado, “keynesianismo de galinheiro”. No entanto, estão no cerne das dificuldades que encontramos hoje para tentar enxergar o grau de destruição de riqueza e desorganização institucional que deverá ocorrer antes que os mercados possam funcionar sob nova ordem regulatória.

Economistas costumam culpar os políticos pelas dificuldades de implementação das soluções políticas “racionalistas”. A abordagem da “economia política” das últimas décadas tenta incorporar o equilíbrio de ganhos e perdas dos grupos atingidos (ou simplesmente influentes nas decisões de política econômica) nos modelos. Mais recentemente, houve progresso significativo na caracterização dos resultados eficientes dos processos de votação, que envolvem não apenas a possibilidade de *lobby*, isto é, a compra de influência sobre as votações, mas também a questão da “captura política”, que considera que (pelo menos alguns) partidos não desejam apenas ganhar o poder, mas também capturar eleitores para as idéias que incorporam.

A verdade, porém, é que não há consenso profissional sobre a natureza da solução. Nem mesmo entre especialistas que têm feito esforços sérios para entender os fenômenos de ruptura que ocorrem nos mercados incompletos, caracterizados pela informação assimétrica que constituem a nossa realidade. Não é claro se a folga criada nos balanços das instituições beneficiadas pela retirada dos ativos, cujos preços de mercado hoje perderam o sentido, será suficiente para atrair o capital novo de que elas precisam para compensar o que evaporou desde que a queda dos preços de imóveis transformou em lixo pacotes de hipotecas que lastreavam as aplicações financeiras de “especuladores”, fundos de pensão e gestores das reservas internacionais dos bancos centrais.

Não havendo convicção profissional acerca da solução proposta, ficam perdidos os assessores dos políticos em campanha, e torna-se ainda mais difícil encontrar uma solução que produza os resultados que eles desejam: a) ganhar a eleição; b) não contrariar seus financiadores; c) capturar adeptos para suas idéias. Não admira, portanto, que além do ceticismo quanto às soluções de mercado, o impasse desta semana gere ceticismo quanto à qualidade da solução que emergirá do sistema político.

Há uma complicação adicional. Apesar de estarmos vivendo o tumulto nos mercados financeiros há mais de um ano, a agenda dos candidatos a Presidência dos EUA parecia

ignorar a questão. Em uma eleição presidencial na qual a questão da falta de liderança política tem sido central no discurso dos candidatos, é surpreendente que as equipes que definem os rumos da campanha e os discursos dos candidatos segundo o andamento da popularidade medida pelas pesquisas, tenham sido tão incapazes de antecipar os problemas que o futuro Presidente terá de enfrentar.

É difícil esperar que o sistema político possa gerar hoje uma solução emergencial satisfatória para conduzir os mercados a produzirem o que eles não conseguem produzir, em situações de incerteza extrema: uma alocação de perdas que possa ser vista como minimamente satisfatória do ponto de vista distributivo, e que não comprometa a recomposição, sob nova ordem regulatória, dos mecanismos de mercado. A atual situação dificulta uma saída institucional, que recomponha o capital das empresas e permita impedir que o pânico seja o resultado das falhas que se enraizaram no sistema financeiro moderno e produziram a situação atual, muitas das quais se repetem no Brasil.